

SEMANÁRIO

ECCLÉSIA

25 de setembro de 2014 | n.º 1447 | Este número: 3€

CARIDADE, JUSTIÇA E SOLIDARIEDADE: CONSCIÊNCIAS E PRÁTICAS

Tradições religiosas
Dinâmicas e personalidades
O presente que contém o futuro



Edição:

Agência Ecclesia do Secretariado Nacional
das Comunicações Sociais da Conferência Episcopal Portuguesa

Coordenação científica:

Centro de Estudos de História Religiosa
da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

SEMANÁRIO
ECCLESIA



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA | CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA

Âpoios:

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Montepio

Cáritas Portuguesa

Irmandade dos Clérigos



SEMANÁRIO
ECCLESIA

EDIÇÃO ESPECIAL N.º 1447
25 DE SETEMBRO DE 2014



Propriedade:

Secretariado Nacional das
Comunicações Sociais
(Conferência Episcopal Portuguesa)
Diretor: João Aguiar Campos

Edição:

Agência Ecclesia
N.º de Registo: 109665
Diretor: Paulo Rocha
Chefe de redação: Octávio Carmo
Redação: Carlos Borges,
José Carlos Patrício, Henrique Matos,
Lígia Silveira, Luís Costa,
Luís Filipe Santos, Manuel Costa,
Sónia Neves, Tiago Azevedo Mendes,
Tiago Cristóvão

Coordenação Científica:

Centro de Estudos
de História Religiosa da
Universidade Católica Portuguesa

Coordenadores:

António Matos Ferreira
Paulo Alexandre Alves
Sérgio Ribeiro Pinto

Colaboradores:

André de Campos Silva
António Matos Ferreira
Carimo Mohamed
Domingos Vieira
Filomena Andrade
Francisco João Osswald do Amaral
Helena Ribeiro de Castro
Inês Rodrigues
João Coelho Azevedo
Luís Carlos Amaral
Maria C. Fernandes
Paulo Alexandre Alves
Pedro Lage Reis Correia
Timóteo Cavaco

Projeto gráfico, paginação e produção:

Dupladesign

Secretaria:

Ana Gomes

Redação e Administração:

Quinta do Cabeço, Porta D
1885-076 MOSCAVIDE
Tel.: (+351) 218 855 472
Fax: (+351) 218 855 473

Tiragem: 8000 exemplares / Depósito Legal n.º 104002/96

agencia@ecclesia.pt

www.agencia.ecclesia.pt

As correntes religiosas e o desenvolvimento

Domingos Vieira // Doutor em Doutrina Social da Igreja / Investigador do Centro de Estudos de História Religiosa

Introdução

O impacto potencial que as correntes e crenças religiosas podem ter sobre os nossos comportamentos individuais implica o problema da relação entre a religião e a economia e o seu desenvolvimento. Ora, a existência de fatores religiosos e culturais ligados ao crescimento económico e à atividade produtiva é uma questão pouco estudada (Facchini 2006). Isto explica-se pelo fato de uma grande parte da teoria económica ser a-cultural e por a cultura ser

considerada como sendo um conceito incomensurável. No entanto, existe um interesse crescente – desde os anos 1990 – pela ação dos fatores culturais e religiosos sobre o desenvolvimento (Facchini 2008). Olhando a história, verifica-se que os economistas da corrente utilitarista do século XVI ao século XIX consideravam que os fatores religiosos não tinham qualquer efeito sobre a esfera económica. Esta ética inspirava-se numa visão aritmética da moral. Mas esta conceção foi rejeitada pelos economistas e autores que reconsideraram a economia e a religião. É uma análise positiva de uma corrente representada, prin-



principalmente, pelo economista e sociólogo Max Weber (1864-1920), que se debruçou sobre o papel das religiões na análise económica. Daí decorre a ligação entre o comportamento económico racional dos agentes e o seu comportamento cultural e religioso. Além disso, se as religiões não abordam os temas recursivos da ciência económica, a verdade é que defendem uma visão da propriedade, uma conceção do trabalho, um uso do dinheiro e princípios que têm um efeito real sobre a economia, mais precisamente sobre o desenvolvimento económico.

O desenvolvimento é entendido como sendo um processo que obriga a mudanças profundas. Se a religião procura explicar a origem do universo, o desenvolvimento pode-se definir como uma evolução da matéria indo até à geração do homem. Assim, esta modificação está ligada à capacidade de aumentar os modos de entrar em contacto com o ambiente e o meio. Mais ainda, o desenvolvimento manifesta-se num quadro de escolhas do indivíduo. Estas explicações do desenvolvimento têm em consideração o material e o espiritual; é uma espécie de combinação entre estes dois elementos que permite constituir uma relação fundamental entre as correntes religiosas e o desenvolvimento económico.

É preciso fazer uma análise drástica e racional dos efeitos das correntes religiosas sobre o desenvolvimento, concretizar uma visão histórica e sociológica clara dos desafios reais e suas evoluções, implicando o círculo iniciador entre a religião, a sociedade e o desenvolvimento. Por outras palavras, é fundamental analisar a existência de uma correlação entre religião e desenvolvimento para chegar a um resultado eficaz que permitirá associar a noção de crenças religiosas ao desenvolvimento económico num contexto geral.

Este artigo visa, assim, uma análise pertinente da relação entre as correntes religiosas e o desenvolvimento económico, partindo desta questão: como podem as crenças religiosas ter efeito sobre o desenvolvimento económico? Numa primeira parte, procuraremos ver a influência das correntes religiosas baseando-nos em dois eixos fundamentais: por um lado,

O desenvolvimento é entendido como sendo um processo que obriga a mudanças profundas.

Se a religião procura explicar a origem do universo, o desenvolvimento pode-se definir como uma evolução da matéria indo até à geração do homem.

uma perspetiva histórica, mostrando a evolução do desenvolvimento do ocidente cristão e do mundo árabe muçulmano. Assim, o ocidente cristão conhece uma evolução interessante, acompanhada de um crescimento económico e de inovação, visando incentivar o desenvolvimento das suas regiões. Por oposição, o mundo árabe-muçulmano é o único a manter um poder económico e militar na Europa até ao século XV, antes de conhecer uma estagnação económica. Apesar desta comparação histórica entre estas duas regiões, o subdesenvolvimento do mundo árabe-muçulmano foi rejeitado na segunda parte dos estudos de Noland (2005). Por outro lado, uma perspetiva sociológica ilustra o círculo entre religião, sociedade e desenvolvimento. Na primeira parte, tratamos dois modelos sociológicos encarando esta ligação: o de Marcel Gauchet (1985) no livro *O desencantamento do mundo* e o de Ernest Troeltsch (1913) na sua obra *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva*. Depois, é interessante aplicá-los às diferentes religiões para verificar o impacto de cada uma sobre o desenvolvimento económico. Na segunda parte, tratamos a correlação entre religião e desenvolvimento no plano macroeconómico.

As correntes religiosas e o desenvolvimento – aspetos históricos

Para uma análise do desenvolvimento económico do ocidente

A influência das correntes religiosas sobre o desenvolvimento económico é interpretada seguindo uma abordagem histórica que procura comparar a evolução do desenvolvimento económico do ocidente cristão com a do mundo árabe-muçulmano. Evocando a análise histórica do desenvolvimento económico do ocidente, é necessário interpretar as ideias de Max Weber. Segundo o seu pensamento, a ética protestante foi um dos marcos que esteve na origem do desenvolvimento do capitalismo. Baseia a sua análise, especialmente, numa representação do espírito do capitalismo da ética protestante num contexto histórico determinado. O economista alemão explica a ligação entre o espírito do capitalismo e a ética protestante, tendo em conta o caso da Alemanha. Constatou que as regiões mais desenvolvidas do país eram as protestantes. De acordo com Weber, a ética protestante assentaria sobre uma doutrina que favorecia o espírito do capitalismo. Esta doutrina considera que o trabalho é um dever moral. Criador do mundo para sua própria glória, Deus predestinou cada pessoa à salvação ou à condenação. Assim, o protestantismo incita ao trabalho sem fazer diferenciação entre profissões. Esta ética encorajou os protestantes a optar por um comportamento racional, a trabalhar e a favorecer a economia de capital, bem como o consumo. Na sua análise, Weber religa o conceito de racionalização à ética protestante. Os valores modernos deste conceito derivam, portanto, desta ética. Mas, é esta racionalidade que vai gerar uma rejeição dos princípios religiosos. Se bem que os protestantes descobrissem na racionalidade um modo de obedecer a Deus, o capitalismo fundado na racionalidade tem por objetivo a satisfação das necessidades. Assim, Max Weber ilustra uma teoria que explica a secularização das socieda-

des europeias, incluindo um processo durante o qual as regras religiosas perdem o seu efeito global. Esta evolução tem um papel maior no processo de desenvolvimento económico do ocidente. Apesar da sua importância, a tese de Weber conhece várias limitações.

Por exemplo, o professor indonésio de sociologia e história moderna, Willem Wertheim (1907-1998), no seu artigo “*A religião, a burocracia e o crescimento económico*” (1963), referindo-se fundamentalmente às ideias do sociólogo americano Robert Bellah, desenvolveu um estudo sobre a religião civil e a sua ligação à sociedade, expressa na sua obra *Tokugawa religion* (1957). Primeiramente, alguns países como a Holanda ou a Inglaterra não veem o capitalismo crescer com a emergência do protestantismo. Segundo alguns historiadores, a interpretação do capitalismo estabelece-se durante um longo período. O seu desenvolvimento teria começado sobretudo com as comunidades judaicas, com a criação dos bancos, dos seguros e da contabilidade. Em seguida, o progresso económico no mundo moderno está ligado a outros fatores que estão para além do capitalismo, o que põe em causa a teoria de Weber. Por outro lado, o Japão desenvolveu o capitalismo sem ligação a qualquer religião. Os valores religiosos ligam-se ao problema da fundação de um Estado centralizado. O capitalismo produziu um crescimento espontâneo tendo em conta uma forte intervenção do Estado. A industrialização era dirigida pelo Estado, uma vez que apenas este era capaz de fornecer o capital exigido. Os valores religiosos não estavam ligados positivamente ao progresso do capitalismo privado, mas é o poder do governo que contribuiu para um desenvolvimento económico. Assim, a ideologia provocou mudanças económicas profundas. Por um lado, de acordo com Wertheim, que se apoia nos estudos de Bellah, a China seria incapaz de um progresso económico independente devido ao Confucionismo que travou a aparição do capitalismo. Ora, após ter abandonado os valores do comunismo, este país mostra grandes progressos na industrialização e desenvolvimento. Max Weber explicava porque é que no mundo indus-



trial moderno o desenvolvimento e a ética protestante do trabalho são um valor, reforçando, para cada pessoa humana, a necessidade de seguir os valores do trabalho, da economia, e da disciplina coletiva. Baseando-se no capitalismo, procurou os fatores psicológicos nos valores religiosos ocidentais que permitiram o desenvolvimento económico. Esta ideia foi, por isso, criticada. A ética protestante combinada com o espírito capitalista foi substituída por um humanismo moderado combinado com a importância do Estado.

Apesar das críticas à tese de Max Weber, ela é a única a poder explicar o processo de desenvolvimento do ocidente cristão, ligado ao movimento de secularização. No entanto, houve ruturas que favoreceram o desenvolvimento. O desenvolvimento económico do ocidente é, inicialmente, incitado pela distinção entre o Estado e a Igreja Católica. Esta distinção

gerou uma passagem para a modernidade, implicando a dissolução dos laços dos sistemas de crenças religiosas e das relações sociais. Foi o processo de secularização que sustentou esta distinção da sociedade e do seu desenvolvimento. Acrescente-se, o conceito de democracia constitucional está compreendido no conceito cristão. Ele aparece quando a autoridade eclesial declara a sua autonomia em relação à autoridade secular. Os laços entre liberdade económica, liberdade política e a descoberta da liberdade do homem constituíram-se depois da independência do poder político da autoridade eclesial. Esta separação gera várias mudanças: em primeiro lugar, a organização de um monopólio sobre o espiritual e a aparição dos sistemas jurídicos modernos; em segundo lugar, a explicação da importância da ciência na cultura e, por fim, a inspiração da lei secular pela lei de Deus. A igreja introduziu, portanto, um duopólio para modificar a relação do Homem à autoridade, o que

permitiu a identificação do direito e, portanto, a institucionalização da liberdade do homem. Mas a presença destas duas autoridades limitava a liberdade na Igreja. Assim, a separação do celeste e do terrestre prepara a autonomia do eclesial e do secular.

É interessante analisar uma segunda rutura, a da separação das ligações entre os sistemas de crenças e as relações sociais. A separação destas ligações também gerou o desenvolvimento económico do ocidente. Caracterizou-se pelo nascimento dos princípios individualistas. A religião permite aos indivíduos cooperar entre si com o objetivo de se chegar a um resultado eficaz e otimizado, que possa ser aceite por todos. Por outras palavras, ela gera uma certa solidariedade coletiva entre os indivíduos, o que lhes permite maximizar a sua utilidade tendo em consideração as vantagens para outros indivíduos. Esta visão da re-

ligião ilustra o período que precede a separação entre a Igreja e o Estado. Assim, os princípios individualistas não existiam na época. É a partir da distinção entre o celeste e o terrestre que as ligações de sistemas de crença e de relações sociais se separam, donde o nascimento dos princípios individualistas. A individualização é compreendida como sendo um desafio primordial para passar para a modernidade, implicando a dissolução dos laços entre os sistemas de crenças e as relações sociais. Trata-se de um assunto privado que é considerado como uma consequência da

agora o estudo sobre o pretenso declínio do mundo árabe, a fim de determinar as suas causas.

O declínio económico do mundo árabe-muçulmano

De acordo com autores como o historiador Bernard Lewis (2002) e Timur Kuram (2004), a origem do atraso económico do mundo árabe-muçulmano deriva do desenvolvimento histórico da sociedade islâmica. O processo de secularização, que está na origem



diferenciação estrutural. A individualização estrutural é a mudança que conduziu ao aparecimento de novas condições para o desenvolvimento das atitudes e comportamentos religiosos. O individualismo conduziu ao processo de inovação devido à competição entre os indivíduos. Uma vez que a inovação é um determinante do crescimento económico, isto acelera o processo de desenvolvimento.

A análise histórica do desenvolvimento económico do ocidente faz prova de um desenvolvimento económico justificado pela tese de Weber e o processo de secularização. Por isso, é interessante fazer

do desenvolvimento do ocidente, é impossível no caso do Islão. “O Estado era a Igreja, a Igreja era o Estado, e Deus estava à cabeça dos dois” (Lewis 2002). A ausência de distinção entre o Estado e a religião constitui um limite à secularização no mundo árabe-muçulmano. Acrescente-se que os muçulmanos não puderam seguir as mudanças estruturais na Europa. Esta dificuldade explica-se pela origem dos Estados muçulmanos, que estavam motivados por uma política de extensão territorial. Esta superioridade militar tinha aberto o processo do declínio económico no mundo árabe-muçulmano. O problema manifesta-se

no pensamento árabe-muçulmano que negligenciava o progresso e a criação de novas organizações institucionais. Assim, os estudos históricos sobre o mundo árabe-muçulmano nunca podem tirar lições das crises institucionais com o objetivo de rever as causas do seu declínio económico. A este mundo faltava a secularização e a individualização, duas consequências das ruturas que favoreceram o desenvolvimento económico ocidental. A religião obriga os indivíduos a cooperar entre si para se chegar a um equilíbrio que todos aceitem. O atraso económico do mundo muçulmano, visto por economistas como Timur Kuram e François Facchini, no seu artigo “*Religião, direito e desenvolvimento: Islão e cristandade*” (2004) – seria gerado pelas organizações institucionais que impediam a concretização de uma reforma. Deste ponto de vista, o declínio económico do mundo árabe-muçulmano decorreria do papel das instituições e da ausência de reformas económicas e sociais. O profeta fez descer do céu as doutrinas religiosas, as leis que organizam a sociedade. O Islão põe em prática um sistema de leis islâmicas, a *Shari’a*, que os crentes devem respeitar. Deste modo, os comportamentos económicos dos indivíduos são dirigidos pelas regras do Corão, fonte da *Shari’a* e considerado como sendo uma Constituição de um Estado, uma orientação. Assim, a política fiscal tem por base a *Zakat*, esmola legal, que é uma instituição de redistribuição equitativa das riquezas e o equilíbrio ideal a nível monetário e financeiro é mantido pelo princípio da proibição dos juros. Algumas regras constituem um certo bloqueamento ao desenvolvimento económico como, por exemplo, o sistema dos *Waqfs*. Este último apareceu com o objetivo de proteger a fortuna dos ricos contra as taxas. Trata-se de financiar um objetivo caritativo que possa ser utilizado em benefício do seu fundador ou da sua família, concedendo-lhe, em contrapartida, um salário enquanto administrador. O objetivo desta regra era o de evitar que os administradores utilizassem os rendimentos da fundação para outros objetivos. Compreende-se a utilidade desta inovação, aquando da sua invenção, especialmente em relação ao ocidente cristão, pela

Segundo alguns historiadores, a interpretação do capitalismo estabelece-se durante um longo período. O seu desenvolvimento teria começado sobretudo com as comunidades judaicas, com a criação dos bancos, dos seguros e da contabilidade.

criação de bens públicos indispensáveis ao conjunto da coletividade. Com o tempo, este sistema tornou-se ineficaz a nível económico. Era um sistema que centralizava alguma riqueza, mas evitava o seu redireccionamento para outras coisas. Assim, não podia financiar os bens públicos e as novas descobertas. Mais ainda, incitou à utilização sistemática da corrupção. Uma vez que eram sagrados, era impossível mudar o seu modo de funcionamento. Isto gerou um contorno do sistema institucional, explorando a firmeza da causa que lhes deu origem e procurando novos juizes, mais indulgentes. É um exemplo de instituição, interpretado por Kuran (1995), que trava o desenvolvimento económico do mundo árabe-muçulmano.

A influência das crenças religiosas sobre o desenvolvimento está bem justificada através desta perspectiva histórica da evolução do desenvolvimento do ocidente cristão e do mundo árabe-muçulmano. As consequências desta visão, vamos já vê-lo, serão rejeitadas no segundo capítulo, através dos trabalhos empíricos onde se evoca a influência do Islão sobre o desenvolvimento. No seguimento desta comparação histórica entre o desenvolvimento do ocidente cristão e o do mundo árabe-muçulmano, vamos analisar o impacto que podem ter as nossas crenças religiosas no desenvolvimento baseando-nos numa perspectiva histórica fundada sobre a emergência do confessionalismo e o seu impacto sobre o desenvolvimento.

A relação entre religião, sociedade e desenvolvimento. Os modelos sociológicos

O historiador e filósofo francês Marcel Gauchet, na sua obra maior *Désenchantement du monde* (Gallimard 1985) que estuda o processo de secularização em prática no Ocidente, elabora um modelo que aplica a relação entre a religião e a sociedade depois do aparecimento das monarquias sagradas. O modelo explica-se a partir de uma representação gráfica que se divide em dois eixos: o eixo do real e o eixo do simbólico. O eixo do real estende-se sobre

um direito horizontal, composto por três partes: a natureza à esquerda, a sociedade à direita e o corte antropológico no centro. O homem é considerado como sendo da natureza até ao momento em que o corte antropológico aparece para mudar a posição do homem e o introduzir na cultura.

O eixo simbólico é constituído a partir da perpendicular que passa pelo corte antropológico constituído em duas partes fundamentais: a do alto representa Deus e a de baixo, a Pessoa. No seguimento, instala-se uma certa interacção entre as diferentes componentes para descrever a evolução da religião nas sociedades pelo sentido e pela intensidade, existindo, assim, quatro relações: a ligação primordial, o laço normal, o laço secundário e a ausência de laço.

Este modelo permite situar as grandes etapas da evolução dos laços entre religião e sociedade. Existem três grandes períodos que marcam a relação religião-sociedade. Primeiro, a religião da natureza é um período no qual a religião primordial corresponde a uma espécie de animismo. O superior é determinado pela natureza, bem como a sociedade que decide o sujeito de modo a que o Eu seja englobado no Nós. As representações religiosas dão uma importância à relação com a natureza durante este período. Depois, graças à evolução das sociedades, das mentalidades, dos comportamentos, das riquezas e da organização social e da primeira divisão do trabalho, um novo período emerge, o do Estado, transformador sacral. Deste modo, as transformações religiosas põem-se em prática com o começo do politeísmo. O sujeito torna-se menos dependente do grupo e o superior é liberto da natureza. Enfim, o período axial emerge com o aparecimento de novas religiões. O eixo vertical que religa Deus à pessoa torna-se distinto. Assim, este modelo indica a evolução da relação entre a religião e a sociedade. A partir daí, o modelo de interacção religião-sociedade de Ernest Troeltsch ilustra a relação fundamental entre religião, sociedade e desenvolvimento.

Segundo o filósofo, sociólogo e teólogo alemão Ernest Troeltsch –, que representa uma corrente de

pensamento próxima das posições de Weber na sociologia das religiões – existe uma relação de interação entre a religião e a economia que deve sempre ser reconstruída. A religião determina a sociedade, mas, reciprocamente, a sociedade cria a religião. Existe uma interação aberta entre elas. Um círculo de retroação ou causalidade circular. Este laço gera dois modos de funcionamento: primeiro, a retroação negativa ou laço de estabilização que mostra a expressão da vontade divina. A religião é o elemento constitutivo da relação social em que o crente espera, da sua prática religiosa, uma participação nos bens deste mundo. Os sociólogos qualificam esta atitude de mundanismo. O crente deve aceitar os valores instalados pela religião. Esta situação aparece ilustrada pela evolução do Islão, por um lado, e do cristianismo, por outro lado. A primeira gera as repúblicas islâmicas fundadas sobre esta situação. A segunda, conseguiu favorecer a aparição das democracias laicas ocidentais. Em segundo lugar, a retroação negativa

ou laço de divergência que mostra a separação entre religião e sociedade. Inovação, trabalho e desenvolvimento económico são encarados espiritualmente. É o caso do escapismo que constitui uma resposta do crente à evasão espiritual fora do mundo, visando a evasão do homem de um mundo de ilusões. Assim, a interação entre religião e sociedade está completamente quebrada. Por fim, para que uma religião possa ter um papel na economia e no progresso, é necessário, por um lado, que ela afeta a harmonia das atitudes mundanas e escapistas, perfeitamente contraditórias, e, por outro lado, o interesse vivo pelo mundo, o afastamento deste mundo,

Este modelo sociológico é fundamental na construção da relação entre a religião e o desenvolvimento. Esta relação instala-se através do efeito e da importância da sociedade. Vamos agora aplicar estes dois modelos sociológicos às diferentes religiões com o objetivo de verificar a influência das crenças sobre o desenvolvimento económico.



O Cristianismo

No seu livro de 1985, Marcel Gauchet considera que o cristianismo teve um papel fundamental no desenvolvimento ocidental. É um encontro pessoal, sob o signo do amor, entre Deus e o homem. Deus permite a superioridade do sujeito livre sobre toda a pertença social. Por isso, o cristianismo instala-se sobre uma dupla separação: primeiro, a separação Deus-Natureza que permite o fundamento da legitimidade do saber científico; depois, a separação

ne da eficácia económica do cristianismo. É a organização religiosa que permite o desenvolvimento económico. Assim, o cristianismo é caracterizado por três grandes tipos de organização religiosa: o tipo de “igreja” que propõe o caminho da salvação; o tipo de “seita” ou “fraternidade” constituída por pequenos grupos que querem garantir a sua liberdade de crença; o tipo de “rede mística”, próximo da seita, mas, neste caso, os membros agem num mundo onde podem exercer a sua responsabilidade. Os três tipos de organização ilustram as duas atitudes contraditórias de Troeltsch:



Deus-Sociedade, que permite ao homem ver a sociedade como um lugar de ação autónoma. Mais ainda, isto admite a autonomia do Estado e, mais amplamente, da ordem social e política. O cristianismo permitiu ao transcendente escapar à fusão com a sociedade ou com a natureza. É a religião da saída da religião. Esta representação comprova uma perspetiva histórica através da distinção entre Estado e Igreja e o aparecimento da secularização e da individualização. Troeltsch pensa que a teoria da encarnação, por outras palavras, uma salvação que não é deste mundo, mas que se constrói no mundo, está no cer-

o tipo de igreja ligado a uma atitude mundana, a aliança da Igreja e do Estado, enquanto os dois outros são lugares de liberdade espiritual. Isso permite dividir a história em várias partes: as reconstruções carolíngias, a revolução tecnológica, a revolução industrial e a modernização da economia. O cristianismo ocidental que distingue o poder dos príncipes e o poder dos papas é cada vez mais criativo; a pluralidade das suas formas de organização permitiu a diversidade. Mas isso foi possível a partir de destabilizações que podem ser exógenas pela invasão estrangeira ou endógenas devido às crises económicas.

O Confucionismo e o Budismo

O economista japonês Morishima, que procurou na sua obra *Capitalismo e Confucionismo: tecnologia ocidental e ética japonesa* transpor a visão de Max Weber ao caso do desenvolvimento económico do Japão, julgou que o confucionismo constituiu o motor do crescimento Japonês. O Confucionismo japonês excluiu o desejo idealizado por Confúcio que permitia alguma independência em relação aos poderes. Se se retoma a evolução da reflexão, percebe-se que o Xintoísmo elabora a vontade de se apropriar das tecnologias ocidentais e o Confucionismo anuncia as qualidades morais. Por outras palavras, o confucionismo permite a instalação de um regime monárquico constitucional ligado a uma burocracia moderna e o Xintoísmo constitui um agente motor para encorajar o nacionalismo. Sem esquecer a importância do Budismo que se ocupava em ajudar as pessoas que sofriam de desespero moral. É verdade que o Budismo desencoraja a acumulação de bens materiais e o desenvolvimento económico, mas ele constitui um opositor ao Confucionismo, reequilibrando o círculo de retroação religião-sociedade. Os empreendedores japoneses referem-se ao Budismo como regra de vida para orientar as suas decisões profissionais. Assim, contrariamente à análise de Morishima, o desenvolvimento económico asiático está ligado a dois tempos: por um lado, o interesse pelo mundo manifestado pelo Confucionismo e, por outro lado, o distanciamento do mundo manifestado pelo Budismo.

Esta aplicação dos modelos sociológicos reconstitui a visão histórica através de uma esquematização da relação entre religião e desenvolvimento.

O Islão

Para alguns autores, os países muçulmanos têm dificuldade em se adaptar à modernidade sob o ponto de vista económico, social e político. As lacunas deste mundo muçulmano têm, na sua origem, o Islão. O modelo de Gauchet, no caso do Islão, está qualifica-

do de teocêntrico. O teocentrismo está fundado sobre a unicidade de Deus. Assim, tudo é orientado a partir de Deus: a natureza está sujeita ao bom querer divino, o homem consciente deve aderir às leis islâmicas fundamentais saídas do Corão e a sociedade foi organizada seguindo condições e regras de vida precisas. No círculo de retroação religião-sociedade, apenas subsistia a flecha saída de Deus. A relação entre a religião e a sociedade é um fator de crescimento, por um lado, e de declínio, por outro. Tudo começou com o século conquistador dos Omeyyades, que procurava



conquistar territórios e converter as pessoas ao islão; depois, o século dos Abbassides foi mais notável. Este período caracteriza-se pelo desenvolvimento. Mais ainda, a religião estava a estruturar-se pela interpretação dos textos corânicos, a recensão dos *hadits* do profeta e a fixação da tradição. Após este período, o tempo da decadência surge com o desaparecimento da diversidade cultural no mundo muçulmano e da aplicação da teologia. O círculo de Troeltsch toma a forma de um bloqueio, e o desenvolvimento ocidental vai levá-la a interrogar-se sobre a sua própria cultura. Esta última indica que a salvação decorre apenas de uma sociedade organizada pelos princípios da *Sharia* tal como estão designados no *fiqh*. Os dois pólos do círculo não podem divergir mais. Para resolver um tal problema, do ponto de vista da sociedade, é necessário pôr em causa o discurso teológico.

Para alguns autores, os países muçulmanos têm dificuldade em se adaptar à modernidade sob o ponto de vista económico, social e político. As lacunas deste mundo muçulmano têm, na sua origem, o Islão.

A correlação entre religião e desenvolvimento

A correlação entre religião e desenvolvimento económico foi analisada no plano macroeconómico através de estudos experimentais. Os autores Couplet e Heuchenne, autores do livro *Religiões e desenvolvimento* (1998), investigam cientificamente a visão histórica e sociológica. Trata-se de descobrir a influência da religião sobre o desenvolvimento na mesma linha das análises de Weber, Troeltsch, Gauchet e Morishima de um ponto de vista empírico. A definição do desenvolvimento que retomamos nesta reflexão é idêntica à do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Segundo este órgão, o desenvolvimento é o processo que permite aumentar as escolhas do indivíduo. Este projeto compreende três estudos. Num primeiro, classifica os países com uma religião maioritária, seguindo as médias deste indicador. Consideraram 151 países cuja população é superior a um milhão de habitantes; oito países não foram considerados (ricos produtores de petróleo) a fim de não falsear as médias pelas bases materiais que nada têm a ver com a religião. Os resultados mostravam uma certa divergência no desenvolvimento, de acordo com os aspetos religiosos: os países muçulmanos estagnam; os animistas regredem. Para veri-

ficar se a relação religião-desenvolvimento continua a mesma para as pequenas entidades, realizaram um segundo estudo, tomando a Europa como caso de referência. Existem quatro grupos de países muito distintos pelo seu desenvolvimento. No Ocidente, em 2001, quatro países protestantes produzem mais que cinco católicos e mais que vinte e quatro ortodoxos do Leste. Esta divergência entre desenvolvimento dos países de uma mesma identidade mostra que a correlação entre religião e desenvolvimento se manifesta no plano macroeconómico. Num terceiro estudo, o seu objetivo foi o de referenciar os fatores religiosos que podem influenciar o desenvolvimento. Estes fatores foram classificados em dois grupos: primeiro, os que têm um efeito material sobre a economia e depois, os que têm um impacto intelectual. Os resultados mostram que algumas religiões afetam negativamente o desenvolvimento: islão, budismo, e animismo englobam três quartos dos fatores negativos. Outras religiões encorajam-no: o judaísmo, o confucionismo e o protestantismo que apresentam três quartos de fatores positivos. Por fim, as religiões católica e ortodoxa encontram-se no centro, com vinte e quatro por cento de fatores negativos e quinze por cento de fatores positivos. Todas estas análises justificam os dois modelos sociológicos e uma visão histórica que põe em evidência o desenvolvimento do ocidente cristão e o declínio do mundo árabe-muçulmano.

Este projeto empírico põe em evidência a correlação, no plano macroeconómico, entre a religião e o desenvolvimento económico. As crenças religiosas tanto constituem uma fonte de desenvolvimento económico como um obstáculo ao desenvolvimento. No seguimento dos resultados obtidos por estes autores, vamos procurar interpretar a relação entre religião e o bom governo. O bom governo designa o conjunto de políticas elaboradas pelo poder a fim de favorecer o desenvolvimento. Para ilustrar os laços existentes entre a religião e o bom governo, seguimos um estudo de caso realizado pelos autores Couplet e Donnadieu, que procuraram comparar o bom governo do protestantismo com o do Islão.



Nos protestantes, o bom governo permitiu um certo desenvolvimento da sociedade. Assim, os fatores intelectuais mudaram e esta mudança contribuiu para a modificação dos fatores religiosos materiais e a melhoria do bom governo. Nos muçulmanos, o bom governo é definido seguindo o respeito pelas leis islâmicas, consideradas desfavoráveis ao desenvolvimento. É um bom governo teocrático que bloqueia a evolução. Na ausência de desenvolvimento os fatores intelectuais e materiais não mudam. Deste modo a sociedade estagna. Notemos que esta parte confirma, empiricamente, as conclusões da vertente sociológica e histórica do sujeito, passando por todos os grandes sociólogos e economistas evocados anteriormente. Com efeito, é um trabalho contínuo que evolui ao longo dos anos a fim de insistir na relação existente entre a religião e desenvolvimento. Esta conclusão foi rejeitada no estudo empírico de Marcus Noland, eco-

nomista sênior e membro do Conselho de Desenvolvimento Económico do Presidente dos Estados Unidos da América, *Religiões, Islão e crescimento económico: a contribuição das análises empíricas* (2007). Vejamos agora o trabalho do professor de economia da Universidade de Harvard, Robert Barro, e da investigadora Rachel McCleary da Universidade de Harvard (2003), com o objetivo de verificar a causalidade no plano macroeconómico.

O estudo econométrico de Barro e McCleary (2003) intitulado *Religion and Economic Growth* visa abrir a uma certa causalidade entre a religião e o desenvolvimento económico no plano macroeconómico. Considerando que a religião é um determinante do crescimento, estes autores estudaram o crescimento do PIB real no período 1965-1995. Trata-se de um estudo que revela os determinantes do crescimento, entre as quais a acumulação do capital e a eficiência das Instituições. O objetivo desse estudo era verificar se o tipo de religião ou o grau de religiosidade afetavam o desenvolvimento económico. É necessário avaliar bem se a religião influencia o desenvolvimento e não o inverso. Por isso, os dois autores realizaram um estudo experimental. Barro e McCleary criavam, por um lado, variáveis representando o grau de religiosidade dos diferentes países estudados, e, por outro lado, variáveis influenciando o grau de religiosidade dos países.

O desenvolvimento económico asiático está ligado a dois tempos: por um lado, o interesse pelo mundo manifestado pelo Confucionismo e, por outro lado, o distanciamento do mundo manifestado pelo Budismo.

O estudo que fizeram destaca duas medidas da religiosidade a nível macroeconómico. Primeiramente, a intensidade das crenças religiosas num país, identificada pela crença no inferno e no paraíso, e, depois, a intensidade da prática religiosa, medida pela proporção das pessoas que participavam nos ofícios religiosos. Assim, são considerados três indicadores: a crença no inferno, a crença no paraíso e a participação nos ofícios religiosos. Os autores constataram que as três variáveis tinham um efeito importante sobre estes indicadores. Uma variável que manifesta a ausência ou presença de uma religião de Estado, um índice de pluralismos religiosos e uma variável que indica a intensidade da regulação do mercado religioso. Os autores apresentam estes resultados: primeiro, as religiões muçulmanas, hindus, ortodoxas e protestantes estão negativamente correlacionadas com o crescimento económico em relação à religião católica. Assim, estas observações comprovam as críticas das teses de Weber, contradizendo a existência da relação entre protestantismo e crescimento. Depois, o indicador de prática religiosa está ligado negativamente ao desenvolvimento económico, quando existe uma correlação positiva entre os indicadores de fé e o crescimento. Quando a taxa da prática religiosa é constante, a relação entre fé e crescimento é positiva. Assim, não é preciso deduzir daí que a prática religiosa é desfavorável ao crescimento. Mais ainda, um aumento da prática religiosa sem variação da fé afeta negativamente o crescimento. O efeito sobre o crescimento surgiria de um aumento da fé aliado à prática constante e inversamente. Por fim, a correlação positiva entre a fé e o crescimento é mais importante para a variável “crença no inferno” que para a da “crença no paraíso”. O impacto da fé religiosa sobre o crescimento económico, ilustrado por Barro e McCleary, não se contradiz face a uma visão sociológica, uma vez que neste estudo a contribuição institucional dos países é, supostamente, fixa. A causalidade macroeconómica foi estabelecida através do trabalho de Barro e McCleary que encontraram uma relação fundamental entre a fé e o desenvolvimento económico.

Vários autores, a nível sociológico consideraram o Islão como sendo desfavorável ao desenvolvimento económico. Ora, o estudo de Noland (2005) rejeita esta conclusão, apoiando-se em dados científicos no plano macroeconómico.

Para excluir o impacto desfavorável do Islão sobre o desenvolvimento económico, Noland elaborou um estudo empírico fundado no crescimento económico como indicador do desenvolvimento, acrescentando um fator suplementar: o crescimento da produtividade global dos fatores de produção. Na sua perspetiva experimental, ele demonstra o papel económico das diferentes crenças religiosas baseando-se noutras variáveis que afetam o crescimento da produtividade dos fatores de produção. Ele constata que as partes relativas à religião Judaica, Católica e Protestante na população nacional estão negativamente correlacionadas com o crescimento económico, enquanto que o resultado da religião muçulmana não está estatisticamente especificado. Com o objetivo de verificar se o Islão é desfavorável ao desenvolvimento, ele reflecte em três etapas: primeiro, opõe o impacto da religião muçulmana sobre desenvolvimento ao conjunto dos não muçulmanos. O autor constata que o Islão está positivamente correlacionado com o crescimento da produtividade global dos fatores de produção. Depois, pondera a parte dos muçulmanos em diferentes países, por inversão da distância que os separa de Meca, considerando que os países mais próximos desta região detêm os valores do Islão. Noland encontra o mesmo resultado que antes. Finalmente, inclui a variável “exportador líquido de petróleo” para poder examinar o seu impacto sobre o desenvolvimento. Constata que ela não está significativamente correlacionada com o desenvolvimento económico. Apesar do estudo sociológico e histórico, Noland pode verificar que existe uma relação positiva entre Islão e crescimento económico.


No seguimento do seu estudo, Noland analisa o efeito do Islão sobre o desenvolvimento económico. Ele constata que esta religião não é desfavorável ao desenvolvimento. Ilustra o seu argumento recorrendo

ao caso de três países: Índia, Malásia e Gana. No caso da Malásia, o resultado é singular porque todos os coeficientes de correlação são negativos, e, estatisticamente, significativos também para a religião cristã, o Islão, o Budismo e o Hinduísmo. Depois, o efeito do Islão sobre o desenvolvimento económico não é característico no caso da Índia. Por fim, no Gana, a influência do Islão sobre o crescimento económico é positiva e estatisticamente significativa. A difusão desta religião pode assim marcar uma evolução institucional e jurídica maior num tal país, incentivando, no seu seguimento, o crescimento económico. O estudo de Noland constitui uma crítica a uma abordagem sociológica e histórica. No seguimento da análise empírica no plano macroeconómico, a religião muçulmana é assim favorável ao desenvolvimento económico. Nenhuma religião é desfavorável ao desenvolvimento económico do ponto de vista histórico, económico e sociológico.

Conclusão

Convém recordar que o impacto potencial que podem ter as correntes religiosas nos nossos comportamentos individuais implica a questão da relação do facto religioso com o desenvolvimento.

Apoiando-nos numa perspetiva histórica e sociológica, verificamos que as correntes e crenças religiosas influenciam o desenvolvimento económico. Numa perspetiva histórica, fundada numa comparação entre o ocidente cristão e o mundo árabe-muçulmano, foi possível distinguir os fatores de desenvolvimento no ocidente ligados à secularização, desenvolvida a partir do pensamento de Max Weber e as ruturas que encorajaram o desenvolvimento e o surgimento da individualização. Estas determinantes do mundo ocidental opõem-se às conceções do mundo árabe-muçulmano. Assim, o declínio económico do mundo árabe-muçulmano foi incrementado pelas organizações institucionais que impediam a concretização de reformas. Daí a diferença entre o coletivismo do mundo árabe-muçulmano e o individualismo

do ocidente. Numa perspetiva sociológica podemos ver as ligações entre as correntes religiosas e o desenvolvimento económico. Através dos modelos estudados, constatámos uma convergência entre a visão histórica e a visão sociológica. Notamos também que a resposta a esta problemática necessitava também de uma determinação de causalidade que liga as correntes religiosas ao desenvolvimento. No plano macroeconómico existe uma causalidade entre a religião e o desenvolvimento como podemos ver nos trabalhos de Couplet e Heuchenne podendo ser as correntes religiosas fonte ou obstáculo ao desenvolvimento. Podemos então dizer que existe uma correlação positiva entre a fé e o desenvolvimento, o que prova a influência das correntes religiosas no desenvolvimento. Há uma correlação entre o espiritual e a economia. Nenhuma religião é desfavorável ao desenvolvimento (Zingales 2004). 

Bibliografia

- BARRO, Robert; McCLEARY, Rachel – Religion and economic growth. *Harvard University*. (2003). Disponível em <http://www.nber.org/papers/w9682.pdf>.
- FACCHINI, François – Culture, diversité culturelle et développement économique: une mise en perspective critique des travaux récents. *Revue Tiers Monde*. 95 (2008) 523-554.
- FACCHINI, François – De la transition vers le développement économique. *Revue d'économie industrielle*. 44 (2006) 61-76.
- GAUCHET, Marcel – *Le désenchantement du monde: une histoire politique de la religion*. Paris: Gallimard, 1985.
- NOLAND, Marcus – Religion, Islam et croissance économique. *Revue française de gestion*. 171 (2007) 97-118.
- WEBER, Max – *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Claret, 2002.
- ZINGALES, Luigi – In god we trust: comment les attitudes religieuses influencent l'économie. *La recherche*. 14 (2004) 56-60.
- NOLAND, Marcus; PACK, Howard – *The East Asian industrial policy experience: implications for the Middle East*. Cairo: The Egyptian Center for Economic Studies, 2005.